

UM PASSO EM FRENTE, VÁRIOS À RECTAGUARDA:
RESPOSTA À NOTA CRÍTICA DE PEDRO LAINS

CONTRARIAMENTE ao que se infere da parte inicial da nota de Pedro Lains, o artigo em causa não tem por objectivo específico estudar apenas a exportação de produtos manufacturados para o Brasil e muito menos o de refutar a tese defendida por Borges de Macedo sobre esse ponto. Os seus propósitos são mais vastos, como se recordará o leitor de boa memória: nele se trata de analisar o conjunto dos tráficos coloniais luso-brasileiros entre 1796 e 1831, só acidentalmente se discutindo as opiniões de Borges de Macedo, a par das de vários autores, implícita ou explicitamente referidos (Vitorino Magalhães Godinho, Fernando Novais e Jobson Arruda, por exemplo). Para mais, propunha-se na sua introdução uma nova forma de interpretação de boa parte das tabelas da principal fonte utilizada, as Balanças de Comércio Externo, conduzindo à rectificação dos números até então utilizados por todos os autores — uma rectificação que abrangia não apenas a exportação de artigos industriais para o Brasil mas também, de uma forma mais geral, a repartição das exportações para o Ultramar em produtos nacionais e produtos estrangeiros reexportados e a divisão das importações em matérias-primas e produtos manufacturados, para além do cálculo dos saldos anuais do comércio externo.

Pedro Lains concede que se trata de «importantes correcções» aos dados das Balanças — para logo a seguir acrescentar que eu «deveria ter ido mais longe, tentando detectar outras possíveis fontes de erro para além das apontadas». Estou certo que, caso Pedro Lains se tivesse ele próprio dado à maçada de estudar as Balanças, rectificaria tudo o que rectifiquei — e muito mais. Mas há-de permitir-me que lhe diga que neste ponto o seu comentário me faz irresistivelmente lembrar a história do ovo de Colombo. Creio bem que o bom do Cristóvão, ao regressar das Américas, foi acusado de ter apenas descoberto um continente — deixando escapar uma infinidade de arquipélagos pelo Atlântico.

É verdade que Pedro Lains não se fica por aí e me aponta orgulhosamente uma ilha que ele próprio terá encontrado: sendo a avaliação das mercadorias entradas e saídas nas alfândegas portuguesas «deficiente e arbitrária», os valores monetários apontados nas Balanças estariam falseados. Mas esta ilha é uma miragem. O exemplo

só prova que Pedro Lains nunca consultou sequer uma das Balanças. Se o tivesse feito, se tivesse lido qualquer dos preâmbulos que as antecedem, verificaria que os preços nelas atribuídos às mercadorias importadas ou exportadas não são determinados pela avaliação das alfândegas — mas por indicações recolhidas junto dos comerciantes envolvidos nos respectivos tráficos. Com isto não se pretende dizer que os preços assim fixados, bem como quaisquer outros elementos fornecidos pelas Balanças, se possam doravante tomar por irrefutáveis, próximos da verdade absoluta (coisa que, aliás, não existe para o historiador). No próprio artigo se acentua que, por exemplo, a curva da exportação de produtos industriais portugueses para o Brasil «é mais uma estimativa do que um cálculo estatístico preciso», defendendo-se apenas que com os números por nós avançados estaríamos «sempre mais próximos da realidade» do que com os até então utilizados (*Ler História*, nº 7, p. 8).

Ainda no capítulo das rectificações dos dados das Balanças, Pedro Lains faz notar que «a designação dos portos de origem e destino das mercadorias» pode não ser «a real». Nomeadamente, deveria «colocar-se a hipótese» de que, no período de 1796 a 1801, a reexportação de produtos coloniais de Portugal para França tivesse sido feita através de Hamburgo. Passando inadvertidamente da hipótese condicional para a afirmação imperativa, Pedro Lains continua: «Assim se justifica que depois do tratado de paz de 1801 as nossas reexportações para Hamburgo se tenham contraído fortemente, ao mesmo tempo que recuperaram as reexportações para França.» Não se justifica, não senhor: a coincidência cronológica dos dois movimentos não permite por si só chegar a tal conclusão; e o exemplo é particularmente infeliz, como uma leitura atenta do artigo criticado mostrará. Com efeito, para que a hipótese de Pedro Lains pudesse ter-se por válida seria necessário que a quebra das importações de Hamburgo e o aumento das da França dissessem respeito aos mesmos produtos. Ora não é esse o caso: Hamburgo comprava no mercado português sobretudo o açúcar, género que a França só muito episodicamente (em 1802) importa de Portugal em quantidades significativas, já que o artigo que lhe interessa é o algodão. Baixa a venda de açúcar a Hamburgo, aumenta a de algodão para França: como poderá uma coisa «justificar» a outra?

Quanto aos desvios de tráfico em geral, eles existiam com certeza: são um dado permanente do comércio internacional. Mas tudo indica que só em 1808 — ano excepcional, marcado, entre outros factos, pelo bloqueio inglês aos portos portugueses, como se indica no artigo — o seu peso é determinante; em todo o resto do período analisado, trata-se de um factor marginal, que não altera o quadro

geral fixado a partir das indicações das Balanças, não afectando, nomeadamente, a conclusão que parece afligir Pedro Lains: a de que são os países continentais, e não a Grã-Bretanha, os principais redistribuidores e consumidores dos produtos coloniais exportados por Portugal.

A «nota crítica» passa depois à questão da exportação de produtos industriais portugueses para o Brasil, em defesa da tese de Borges de Macedo, que desvaloriza os efeitos de abertura dos portos brasileiros e do tratado de comércio de 1810 na evolução dessas exportações. Partindo de um gráfico construído com base nos números do quadro II do artigo, Pedro Lains considera três períodos bem delimitados: «O primeiro começa em 1799 e finda em 1808 e nele se regista uma queda significativa das exportações; o segundo abrange os anos de 1808-1818 e é de recuperação; finalmente o terceiro, de 1818 a 1831, é novamente um sub-período de contracção.» Esta conclusão apoia-se no facto de existirem na curva dois limites máximos em 1799 e 1818 e dois limites mínimos em 1808 e 1831, anos tomados como ponto de inflexão da tendência.

Infelizmente, Pedro Lains limita-se a abrir uma porta já aberta: não é necessário ser economista — basta saber ler, escrever e contar — para, a partir dos dados do quadro II, concluir que são esses efectivamente os pontos limite. Uma verificação tão evidente não me escapou na elaboração do artigo, onde, na p. 19, se refere o «forte aumento» das remessas da generalidade dos artigos manufacturados portugueses em 1798-99, reconhecendo-se na sequência do texto a sua quebra posterior; e onde, na p. 32, se alude à recuperação que culmina em 1818. Simplesmente, aquilo que para Pedro Lains é um ponto de chegada representa no artigo o ponto de partida. Com efeito, a «nota crítica» limita-se a determinar os anos de «inflexão», não se preocupando minimamente em explicar a evolução constatada — e mesmo a esse nível elementar passa em claro que a recuperação de 1814-18 é muito relativa, não atingindo a média anual dois terços da registada em 1802-06 (cf. p. 32 do artigo), e que a quebra ocorrida na década de vinte é incomparavelmente mais profunda do que a contracção do início do século. Por seu lado, o artigo em questão propunha-se investigar o sentido e os motivos das mutações assim detectadas. Tratava-se, nomeadamente, de determinar se o decréscimo da exportação de produtos industriais portugueses verificado no começo de Oitocentos era sinal de crise geral, como pretendiam Borges de Macedo e Jobson Arruda, e de encontrar as razões para a recuperação relativa de 1814-18.

Quanto ao primeiro desses pontos, Pedro Lains pretende que as conclusões a que se chega na p. 20 do artigo se devam a uma

análise incorrecta da curva das exportações: eu teria feito «a estimativa da recta tendencial da série para este curto período» (1796-1807) e, depois de estabelecer «a partir dela a diferença entre os *valores reais* dados pela série em causa e os *valores dados pela tendência*», teria considerado como «anos de «prosperidade» aqueles em que a diferença era positiva, «sendo apenas de «recessão» aqueles em que aquela diferença teve valor negativo». Este seria de facto um erro crasso da minha parte, revelador de uma extrema incompetência ou mesmo de uma irremediável imbecilidade. Acontece, porém, que nada disto está no artigo. Na verdade, a diferença entre os valores da tendência e os valores reais é invocada unicamente para demonstrar que, dentro da tendência decrescente das exportações, 1802 é um ano positivo e «não o começo de catástrofe». Na sequência directa dessa frase, o artigo continua (p. 19): «Mas as reservas mais importantes resultam da desagregação dos montantes totais nas verbas respeitantes aos grandes grupos de produtos exportados — tecidos de algodão, tecidos de linho e, numa segunda linha, os lanifícios, as sedas e os chapéus —, que, permitindo uma análise diferenciada dos componentes da curva global, lhe dão um novo sentido.» E é de facto esta desagregação, e a análise produto a produto que ela permite, que fundamenta as conclusões da p. 20, como o leitor de boa-fé poderá verificar, compulsando o artigo.

É também um estudo género a género que serve de base à interpretação que demos da evolução registada de 1808 a 1831 (cf. pp. 33-37). Nessa parte do artigo, em parte nenhuma se afirma que o máximo se atinge em 1822-23, como Pedro Lains pretende que escrevi. Na realidade, as conclusões sobre os efeitos, não da independência do Brasil em abstracto, mas dos conflitos graves que na altura ocorreram em várias zonas, sobretudo na Baía e em Pernambuco, têm por base uma análise por produto e por região brasileira importadora (cf. pp. 34-35). Obstinando-se em utilizar unicamente a curva global das exportações, Pedro Lains passa estranhamente em claro todas as análises do artigo que vão além dela.

Mas a «nota crítica» faz ainda uma nova reserva, de natureza diferente: eu não teria abordado «convenientemente» a questão dos «efeitos dos preços na evolução dos valores das exportações» — pelo que «a imagem dada pela evolução das exportações medidas em valor poderá ser distorcida» pelas «grandes oscilações» que se verificaram nestes preços. A explicação mais benévola que se encontrará para esta crítica de Pedro Lains será a de que não leu o artigo no seu todo — limitando-se provavelmente a ver o quadro II, a introdução e as conclusões e a respigar os números globais das exportações por ele esparsos. De outra forma, não poderia omitir que uma das preo-

cupações do artigo foi a de ter em conta a baixa dos preços, a partir dos últimos anos da década de 1810-20, o que levou à confrontação sistemática, na análise produto a produto, dos valores monetários das exportações com as quantidades físicas exportadas, de modo a distinguir o que na quebra dos tráficos representava perda de mercados ou efeito da deflação (cf. pp. 33-37).

Numa terceira parte do seu comentário, Pedro Lains, vendo o problema «sob outro prisma», procura demonstrar que, a não se terem verificado os acontecimentos políticos invocados — abertura dos portos brasileiros, tratado de 1810, independência do Brasil —, a situação «não seria melhor para o comércio e a navegação portuguesa». A sua argumentação fundamenta-se na existência de «forças tendentes à (...) dissolução» da «posição economicamente artificial» de que Portugal gozava no Brasil, a primeira das quais seria o contrabando; e, para nos dar fé da sua importância, Pedro Lains faz uso de uma citação de um «recente artigo» de D. M. Williams que atesta o «oportunismo dos comerciantes britânicos» na prática de formas ilegais de comércio. Eu sei que a invocação das autoridades estrangeiras, particularmente do mundo anglo-saxónico, tem sempre muito peso neste «país à beira-mar, plantado de acácias e olaias» (é esta a versão correcta dos versos do nosso estimado poeta Tomás Ribeiro, geralmente truncados). Mas, neste caso, não era talvez necessário ir tão longe: o problema da importância do contrabando inglês é uma velhíssima questão, muito discutida em finais do Antigo Regime e tratada modernamente na obra de Borges de Macedo e Jobson Arruda. Precisamente por isso — porque a questão já é velha —, a objecção que fundada nela se levanta vem já prevenida no meu trabalho, onde se defende que, embora a existência do contrabando seja indesmentível, ele não afectou substancialmente as exportações de produtos industriais portugueses para o Brasil enquanto durou o exclusivo legal (cf. pp. 18-20 e 37-38). Aliás, se o contrabando tinha a força dissolvente das posições portuguesas que Pedro Lains pretende, como se explica que a diplomacia britânica tenha perdido o seu tempo a pressionar o Governo português, já desde a década de oitenta do século XVIII, para que se negociasse um novo tratado de comércio em que se admitisse a importação dos tecidos de algodão ingleses? Como se explica que, por altura da viagem de D. João VI para o Brasil, os comerciantes britânicos assediassem o embaixador português em Londres para que lhes concedesse licenças de importação desses mesmos tecidos no Brasil? Como se explica o valor que o governo inglês dava ao tratado de comércio de 1810, negando-se sempre a revogá-lo — mesmo quando, em 1814-15, Palmela se propôs

trocar essa revogação pela abolição total do tráfico de escravos luso-brasileiro, muito desejada pela Grã-Bretanha?

Para além da questão do contrabando, Pedro Lains faz ainda notar que, baixando acentuadamente de preço os produtos industriais britânicos, a partir de 1814, nomeadamente os tecidos de algodão, enquanto os portugueses se mantinham estáveis, isso teria «como consequência mais provável (...) um papel mais acentuado de Portugal como entreposto dos produtos muito mais baratos de origem britânica, nomeadamente de têxteis de algodão». A última parte deste argumento não faz sentido: Pedro Lains esquece-se que está a raciocinar no quadro da hipótese «contrafactual» da continuação do exclusivo mercantil português no Brasil e da inexistência do tratado de 1810 — caso em que a importação de têxteis de algodão era proibida tanto na metrópole como no ultramar, não podendo por isso Portugal servir-lhes de entreposto. Por outro lado, é óbvio que a baixa de preços dos produtos britânicos contribuiria para aumentar a pressão sobre as posições portuguesas, como se defende na nota crítica. Nada me custa admiti-lo — até porque em vão se procurará no artigo a sombra da ideia de que tudo ficaria para sempre na mesma, nas relações mercantis luso-brasileiras, se não se fizesse a abertura dos portos em 1808. Tudo o que se pode legitimamente inferir do artigo, neste ponto, é a conclusão de que, sem essa abertura e sem o tratado de comércio de 1810, o país teria melhores possibilidades de se defender da penetração das mercadorias britânicas — e que essa diferença seria provavelmente decisiva. Contrariamente ao que parece supor Pedro Lains, o trabalho criticado não procura substituir uma concepção monista por outra, combatendo as interpretações que fazem apelo à simples evolução da economia para dar lugar a uma explicação em que os factores políticos fossem a chave de todo o processo. Pretende-se, isso sim, integrar e articular os elementos económicos e políticos. Não se desconhece, nomeadamente, o impacto da revolução industrial inglesa, como é bem visível nas pp. 37-38 do artigo: aí se refere que, «como era de esperar, a crise (no período de 1808-31) é mais intensa nos artigos mais expostos à concorrência britânica», assinalando-se, poucas linhas abaixo, «a especial fragilidade dos produtos portugueses perante os britânicos nos sectores tocados pela revolução industrial inglesa». Por isso, quando Pedro Lains contrapõe triunfantemente o caso dos tecidos de algodão ao dos instrumentos agrícolas, está de novo a abrir uma porta largamente franqueada.

A parte final da «nota crítica» introduz uma ordem de considerações inteiramente diferente. Agora trata-se de saber se as exportações de artigos manufacturados portugueses para o Brasil constituíam uma «parcela significativa» da produção industrial portuguesa — e

Pedro Lains conclui de imediato que tal não era o caso. É difícil de acreditar que o nosso crítico esteja ele próprio muito convencido da pertinência desta sua última observação. Se o estivesse, omitiria toda a parte anterior da sua «nota»: para quê, de facto, passar várias páginas a discutir a evolução de exportações que, afinal, pouca importância tinham? Mas adiante.

A argumentação de Pedro Lains quanto a este ponto funda-se na alegação de que o mercado brasileiro, longínquo e instável, pouco interessaria aos fabricantes portugueses. Em defesa desta tese invocam-se as condições em que se faziam as ligações marítimas entre a Grã-Bretanha e a América Latina, concluindo-se que, tal como nesse caso, as «ligações entre Portugal e o Brasil deveriam ser difíceis, demoradas e irregulares». Em história, os raciocínios por analogia, extrapolando dados de um país para outro, são extremamente perigosos, como qualquer manual de metodologia explica. Neste caso, para mais, não há nenhuma justificação para recorrer a esse processo, porque é possível apreender directamente as condições em que se realizava o comércio luso-brasileiro. Com efeito, se conhecesse minimamente as fontes da época (mais uma vez, em primeiro lugar, as próprias Balanças), Pedro Lains saberia que com o Brasil se fazia, não um tráfico episódico e precário, mas um comércio regular e estável, baseado em redes mercantis solidamente estabelecidas — dispoendo os exportadores portugueses de correspondentes no Brasil que lhes indicavam as condições do mercado local, muitas vezes antecipando os resultados das safras de açúcar e de algodão, determinantes fundamentais da procura dos artigos importados. O confronto entre o comércio da Grã-Bretanha com a América Latina e o de Portugal com o Brasil serve precisamente para mostrar a diferença que vai de um tráfico que se faz por contrabando ou que tenteia os primeiros passos na legalidade, desconhecendo os mercados locais, sem apoios seguros, por isso instável e arriscado, e um outro firmemente implantado, seguro e estável. Finalmente, o argumento de Pedro Lains acaba por revelar-se excelente — mas contra a ideia da eficácia do contrabando inglês por ele tão apreçoada nas páginas anteriores da «nota».

A raciocinar por analogia, teria sido de melhor aviso escolher como ponto de referência o exemplo da Catalunha, com condições mais aproximadas das portuguesas. Ora, como todos sabem, para a indústria têxtil catalã de fins do Antigo Regime era o mercado ultramarino o determinante e não o mercado interno espanhol. Mas não será necessário extrapolar do caso da Catalunha para o de Portugal. É verdade que se desconhecem os montantes globais da produção industrial portuguesa, o que impede a quantificação precisa da parte

que nela representavam as exportações; mas todas as fontes da época, de ordem qualitativa, afirmam inequivocamente a importância do mercado do Brasil para a indústria metropolitana. Leia Pedro Lains, por exemplo, a imprensa portuguesa publicada em Londres na segunda década de Oitocentos e nela encontrará referências constantes ao deprecimento das fábricas e à miséria dos artífices provocados pela abertura dos portos brasileiros e pelo tratado de 1810. Se não quiser dar-se a esse incómodo, consulte pelo menos um bom conhecedor do assunto, Acúrsio das Neves, que tanto peso dá à questão da exportação de produtos manufacturados metropolitanos para o Brasil.

Um pormenor da argumentação de Pedro Lains — a referência ao facto de que, dada a instabilidade das ligações marítimas, muitas vezes uma mercadoria destinada a ser vendida no Verão só chegaria ao seu destino no Inverno, quando a procura seria menos favorável — não mereceria qualquer comentário se não demonstrasse exemplarmente o carácter abstracto das suas deduções, que ignoram tudo das condições concretas em que se fazia o comércio colonial. Com efeito, será necessário lembrar que, encontrando-se as regiões brasileiras importadoras nas zonas tropical e sub-tropical, toda esta história de Verão e de Inverno não faz qualquer sentido?

Uma observação final. A defesa que acabo de fazer do artigo não significa que tenha por irrefutáveis todas as suas conclusões. Estou consciente de que, no domínio do comércio externo, como em todos os outros da história portuguesa dos séculos XIX e XX, muito há a investigar e a discutir. Mas centrar de novo a questão em meras deduções, mais ou menos lógicas, mais ou menos fantasiosas, a partir da simples curva global das exportações de produtos manufacturados, ignorando todo o contexto histórico concreto, recusando considerar a história social e política, seria retroceder vários passos em relação ao estágio já atingido. O progresso virá do aprofundamento da análise, da recolha de novos dados, de uma melhor articulação de elementos fornecidos pela história económica, a história social, a história política.

Dezembro de 1986